



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Aquisição de Prestação de Serviços em Tecnologias e Sistemas de Informação

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE

CPI/01/2023

CADERNO DE ENCARGOS



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar entre a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, doravante abreviadamente designado por OROC e a entidade que venha a ser a adjudicatária, na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a prestação de serviços de tecnologias e sistemas de informação, através do Integrador de Sistemas selecionado para o efeito nos termos do presente caderno de encargos e melhor densificados nas respetivas Cláusulas Técnicas:

1. Upgrade de Sistemas:

- a) parque aplicacional de suporte a operação da OROC (CRM, ERP, Content Management e Gestão documental e Portal da OROC);
- b) software de produtividade (office);
- c) formação dos utilizadores com base nos sistemas implementados.

2. Suporte:

- a) operação do novo parque aplicacional;
- b) manutenção evolutiva das soluções implementadas/evoluídas.

3. Licenciamento: garantir o licenciamento/revenda relativo aos sistemas a ser implementados/atualizados no mínimo por dois anos (ano zero + 1).

Cláusula 2.^a - Local da prestação de serviços

O local para a execução da prestação dos serviços é a sede da OROC, sita à Rua do Salitre, nº 51, em Lisboa, podendo ser também parcialmente efetuada de forma remota a acordar, com entidade adjudicante, em fase de projeto.



Cláusula 3.ª - Duração da Prestação de serviços

1. O prazo indicativo para a prestação dos serviços é, de acordo com as várias componentes, indicadas na cláusula 1ª, o seguinte:
 - a) Para as componentes 1 e 2, o prazo máximo de 315 dias (10,5 meses), contados em dias seguidos de acordo com o artigo 471º do CCP;
 - b) Para as obrigações de manutenção corretiva pós implementação é de 12 (doze) meses;
 - c) Para a componente de licenciamento respeitante ao ano de implementação (ano zero), acrescido de uma renovação.
2. O prazo referido na alínea a) do número 1 será contratualmente definido em concordância com o constante da proposta adjudicada.
3. O contrato iniciar-se-á no dia seguinte à data da sua assinatura e manter-se-á em vigor até ao total cumprimento das prestações definidas sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
4. A totalidade dos serviços deve ser disponibilizada desde a outorga do contrato até ao seu termo.

Cláusula 4.ª - Preço base

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações incluídas no objeto do contrato é de trezentos e dez mil euros (310.000,00€) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior resulta de análise de custos correntes de mercado para prestações similares, contabilizando-se as seguintes componentes, que igualmente se constituem, para efeitos do presente procedimento, preços base parciais:
 - Valor para a **implementação** do projeto: de duzentos e dez mil euros (210.000 €), sem IVA.
 - Valor total dos **licenciamentos** necessários: de quarenta e cinco mil euros (45.000€/ano), sem IVA. O valor da proposta deve incluir o valor de licenciamento do ano de implementação e sua renovação por um ano,



num máximo de noventa mil euros (90.000€).

- Valor de **manutenção**: de dez mil euros (10.000€) durante um ano, nos dias úteis, sem IVA.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
 4. Para dimensionar o valor das licenças de software este deve ter por base a informação disponível no ANEXO I onde está descrito o número de utilizadores previsto internos (colaboradores) da OROC e o número estimado de utilizadores externos (associados, entre outros) por solução.

Cláusula 5.^a - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela OROC devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção da devida fatura.
2. A fatura deverá, em regra, ser emitida no início de cada mês, reportando-se à prestação de serviços realizada no mês anterior.
3. Sob pena de devolução, as faturas devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência, nomeadamente, quando aplicável, um relatório das horas consumidas com a respetiva identificação das tarefas executadas.
4. Em caso de discordância por parte da OROC quanto aos valores, ou descrições, indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novas faturas corrigidas.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1, as faturas serão pagas através de transferência bancária para conta titulada pelo prestador de serviços, devendo este informar a OROC com o envio das faturas,



do respetivo IBAN.

6. Não são admitidas condições de pagamento que configurem adiantamento de preço, salvo se cumprido o disposto no artigo 292º do CCP.

CAPÍTULO II

CONTRATO

Cláusula 6.ª - Contrato escrito

Este procedimento origina obrigatoriamente a celebração de contrato escrito.

Cláusula 7.ª - Gestor do contrato

1. A execução do contrato será, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato, designado pela entidade adjudicante.
2. O gestor ou gestores do contrato designado(s) que terá / terão por função o acompanhamento da respetiva execução e com quem o prestador tem a obrigação de cooperar, de modo diligente e célere.
3. Caso seja designado mais do que um gestor serão indicadas as respetivas funções e responsabilidades no ato de designação. As mesmas constarão do texto do contrato ou serão notificadas ao prestador.
4. A OROC poderá substituir, a qualquer momento, o gestor ou gestores do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.

Cláusula 8.ª - Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, a OROC pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à OROC.



3. São, nomeadamente, suportados pelo adjudicatário os seguintes encargos:

- a) Todas as deslocações, estadias e despesas de alimentação;
- b) Presença e participação em reuniões de trabalho;
- c) Todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de material e equipamento;
- d) Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, não expressamente previstas como da responsabilidade da OROC.

Cláusula 9.^a - Regras de interpretação do contrato

1. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:

- a) O suprimento dos erros e das omissões do presente caderno de encargos identificados pelos interessados, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao presente caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no Artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no Artigo 101.º desse mesmo diploma.

4. Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

5. Em caso de divergência entre as obrigações a que se refere o número anterior, a



prevalência é determinada pela ordem na qual são indicadas.

6. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.

Cláusula 10.^a - Alterações ao contrato

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deve ser comunicada pela parte interessada à outra parte, carecendo sempre de acordo das partes.
2. Qualquer alteração ao contrato só poderá ser admitida se observados os limites previstos no CCP e será efetuada por escrito, assinada por sujeitos legal ou estatutariamente habilitados para representar a Entidade Adjudicante e o adjudicatário.

Cláusula 11.^a - Incumprimento do contrato

O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de resolver o contrato, sempre juízo das correspondentes indemnizações legais.

Cláusula 12.^a - Exercício do direito de resolução

O exercício do direito de resolução terá lugar, mediante comunicação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à contraparte da qual conste a identificação do incumprimento contratual em causa.

Cláusula 13.^a - Penalidades

1. Sem prejuízo do direito à resolução e do legalmente previsto, o incumprimento do contrato legitima a Entidade Adjudicante a adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença para mais se houver, a cargo do adjudicatário.
2. Em caso de incumprimento pelo cocontratante das obrigações contratuais, em especial do incumprimento do cronograma de trabalhos proposto ou dos tempos/níveis de serviço definidos nas condições técnicas, a entidade adjudicante poderá exigir o pagamento de uma sanção pecuniária por cada dia de atraso em montante a determinar, entre 0,01% e 0,05%, fixado em função da



gravidade do incumprimento ocorrido e, até ao equivalente, a 20% do valor do preço contratual parcial relativo a cada uma das componentes em relação à qual se registre o incumprimento.

3. As importâncias resultantes da aplicação da penalidade prevista no número anterior poderão ser descontadas nas faturas a liquidar.

Cláusula 14.^a - Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorre em responsabilidades e, por caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado e aceite, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Entende-se por caso fortuito, ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
3. A parte que invocar caso fortuito ou de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para restabelecer a situação normal.

Cláusula 15.^a - Cessão da posição contratual

1. O prestador de serviços não poderá ceder a sua posição contratual, ou qualquer dos direitos ou obrigações que dele decorram, sem autorização, prévia e por escrito, da OROC.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o cessionário deve apresentar à OROC toda a documentação exigida ao prestador de serviços no presente procedimento.
3. O cessionário deve comprovar, designadamente, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no Artigo 55.º do CCP, que detém a habilitação para a prestação de serviços em causa, e que a equipa que afete à execução do contrato cumpre, no mínimo iguais condições às apresentadas na proposta na proposta adjudicada, para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato, no âmbito do procedimento que lhe deu origem.



Cláusula 16.^a - Uso de sinais distintos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam a outra sem o seu prévio consentimento escrito.

CAPÍTULO III

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 17.^a - Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Participarem reuniões de trabalho, sempre que pela OROC seja convocado;
 - b) Comunicar antecipadamente à OROC os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações;
 - c) Não alterar as condições de prestação de serviços fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
 - d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
 - e) Comunicar à OROC qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - f) Comunicar à OROC a nomeação do gestor responsável do contrato bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
 - g) Nas componentes da prestação de serviços com prazo igual ou superior a um ano dar cumprimento ao disposto no artigo 419º-A, do CCP, aplicável por remissão do artigo 451º, do mesmo código, afetando à prestação trabalhadores que prestam a sua atividade em regime de contrato de



trabalho sem termo.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 18.^a - Dever de sigilo, confidencialidade e tratamento de dados pessoais

1. O prestador dos serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso dos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da OROC, nem utilizá-los em seu benefício.
2. A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.
3. O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à OROC e seus colaboradores, formandos ou membros, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
4. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei,



- de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.
6. No tocante a tratamento e confidencialidade de dados pessoais, para além do estabelecido nas condições técnicas, as partes obrigam-se ao cumprimento das disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”), da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, daquele Regulamento relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados em relação a todos os dados pessoais por cujo tratamento sejam responsáveis.
 7. O adjudicatário deve declarar, sob compromisso de honra, de que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.

CAPÍTULO IV

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 19.ª - Apresentação do projeto, objetivos, descrição técnica e requisitos

1. No ANEXO I - Especificações técnicas é apresentada a arquitetura aplicacional existente e pretendida e respetivos requisitos, que fazem parte integrante do Caderno de Encargos.
2. A **referência a marcas** é efetuada para identificação das soluções existentes e no tocante à solução a propor **deve ser lida, para todos os efeitos como se acompanhada da expressão “do tipo ou equivalente”**.

Cláusula 20.ª - Informação necessária à execução da prestação de serviços

Para a prestação de serviços, se necessário, será disponibilizada ao adjudicatário documentação e/ou outra informação técnica relativa a cada uma das áreas a



implementar.

Cláusula 21.^a - Descrição dos serviços

1. A prestação de serviços de desenvolvimento compreende todo o ciclo de vida de manutenção evolutiva, corretiva e preventiva de software, incluindo a gestão de alterações, implementação, testes, formação dos utilizadores e manutenção pós implementação.
2. A prestação de serviços, no âmbito da manutenção corretiva e evolutiva deverá assegurar as seguintes tarefas:
 - a) Análise e diagnóstico de anomalias no funcionamento;
 - b) Despiste e resolução de erros de integração de informação;
 - c) Análise ao desempenho das pesquisas e realização de otimizações;
 - d) Identificação de melhorias e respetiva implementação após aprovação;
 - e) Quer na manutenção evolutiva quer em novos desenvolvimentos deverão ser observados os requisitos de compatibilidade, segurança e acessibilidade;
 - f) As funcionalidades desenvolvidas que impliquem mecanismos de autenticação e/ou assinatura digital, devem recorrer ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) do Cartão de Cidadão, como sistema para autenticação e identificação eletrónica;
 - g) Fornecimento de documentação de suporte técnico e/ou manuais de utilização;
 - h) Assegurar as tarefas e níveis de serviço indicados no Anexo I.
3. A prestação de serviços, no âmbito de desenvolvimento deverá ser executada de acordo com o definido no Anexo I ao caderno de encargos e que incluem, designadamente e de forma não exaustiva:
 - a) Identificação/diagnóstico e correção de erros e anomalias;
 - b) Manutenção e suporte aos Web services e à interoperabilidade, em caso de incidentes na sua exploração;
 - c) Reposição em funcionamento do sistema aplicacional em caso de quebras fortuitas ou desajustamentos;



- d) Monitorização e melhoria da disponibilidade;
 - e) Monitorização e melhoria da solução aplicacional;
 - f) Adaptação e evoluções tecnológicas;
 - g) Desenvolvimento dos mecanismos inerentes à migração de dados em caso de necessidade;
 - h) Produção de documentação técnica, como p.e., manual do utilizador;
 - i) Formação dos utilizadores na utilização dos novos sistemas a implementar, de acordo com a metodologia de gestão da mudança presente no Anexo I – Especificações técnicas.
4. Pós implementação, a classificação dos eventos referentes a erros e anomalias será sempre da responsabilidade da OROC, quanto à definição da sua prioridade e deverá contemplar, no mínimo os 3 níveis de serviço (Service Level Agreement -SLA) identificados no Anexo I ao caderno de encargos.

Cláusula 22.^a - Equipa a afetar à execução das prestações

1. A escolha dos recursos a envolver durante a execução do contrato, para assegurar a prestação do serviço contratado, é uma responsabilidade do adjudicatário que deverá dotar a equipa com os recursos necessários à sua execução integral, pelo que lhe cabe definir, a composição e dimensão da equipa que considere necessária e adequada ao cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato, garantindo, no mínimo a afetação de um elemento por cada uma das funções avaliáveis.
2. A composição da equipa deve integrar elementos com a habilitação e experiência necessárias à execução do projeto, devendo a proposta identificar os recursos humanos a afetar à execução do contrato, bem como as funções atribuídas a cada um dos seus elementos e respetivos tempos de afetação, bem como, identificar quem assumirá a função de coordenação dos trabalhos a desenvolver pela equipa, e que será o principal interlocutor com a estrutura de coordenação, e participará em reuniões mensais com a equipa de trabalho com a OROC ou quem esta designar.
3. Os elementos da equipa afetos à manutenção preventiva e evolutiva previstas



no ponto 3. Da cláusula 1^a, deverão desenvolver a sua atividade numa base de 7h por dia, 5 dias por semana, de 2.^a a 6.^a feira, prevendo-se uma alocação de 150 horas.

4. A constituição da equipa proposta não pode ser alterada durante a execução do contrato, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.
5. A OROC reserva-se o direito de, a qualquer momento, verificar a efetividade da prestação pelos elementos identificados na proposta.

Cláusula 23.^a - Substituição das equipas

1. Qualquer alteração à composição da equipa indicada em sede de formação do contrato deve ser previamente comunicada à OROC, podendo, para o efeito, ser solicitada informação e documentação adicional para confirmação dos elementos curriculares apresentados.
2. Os recursos humanos afetos ao projeto só podem ser substituídos por elementos com habilitações e perfil idênticos aos afetos inicialmente, tendo todas as alterações que obter a prévia concordância da OROC.
3. Verificando-se a situação prevista no número anterior, o prestador deve garantir a formação prévia, transferência do conhecimento técnico do projeto e de todos os trabalhos em curso.
4. Sempre que se constate a inadequação de algum elemento da equipa encarregue da execução dos serviços contratados, tendo em conta o constante da proposta e o comportamento comumente expectável, poderá a OROC exigir a sua substituição, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto nos números anteriores.

Cláusula 24.^a - Documentação

1. Deverá ser assegurado o fornecimento pela OROC da documentação adequada a nível funcional, técnico e de gestão de serviço, a seguir indicada:
 - a) Cadernos de encargos de software;
 - b) RFP com especificações técnicas.



2. A OROC poderá proceder à reprodução de documentos referidos no número anterior, quando necessários para o normal desenvolvimento da sua atividade.
3. Precederá o fecho do contrato e o último pagamento a entrega de documentação atualizada.

Cláusula 25.^a - Planeamento

1. O planeamento dos trabalhos deverá ser submetido à aprovação da OROC e elaborado de acordo com as práticas de gestão de projeto definidas pelo Project Management Institute (PMI) ou pelo International Project Management Association (IPMA).
2. No prazo de 8 (oito) dias após a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá entregar plano de trabalhos com a programação dos serviços a efetuar e do qual deve constar a identificação dos aspetos críticos.
3. O plano de trabalhos deverá ser revisto e ajustado sempre que necessário de modo a cumprir os prazos de execução propostos.

Cláusula 26.^a - Mecanismos formais de acompanhamento

1. Para o acompanhamento da execução do contrato serão realizadas reuniões da equipa de trabalho com elementos da OROC nas quais serão apresentados pelo adjudicatário relatórios de acompanhamento e documentação relevante referida nos números seguintes.
2. Deverá ser apresentada a atualização mensal da programação de execução dos serviços caso se registem alterações ao planeamento inicial e de acordo com os desenvolvimentos/etapas em cada momento já efetuadas.
3. A entidade adjudicatária deverá disponibilizar um sistema de suporte e registo de atividades, que deverá permitir o controlo e registo das tarefas de manutenção corretiva e evolutiva.

Cláusula 27.^a - Garantia

O período de garantia dos serviços prestados pela entidade adjudicatária é de três anos a contar da aceitação, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 444.º do CCP,



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

aplicável por remissão do artigo 451º do mesmo código.

Cláusula 28.ª - Transferência da propriedade

Todos os elementos produzidos pelo prestador de serviços no âmbito da execução do contrato são propriedade da entidade adjudicante, não sendo devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do contrato.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 29.ª - Foro Competente

Para resolução dos litígios decorrentes da execução do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal territorialmente competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 30.ª - Comunicações e notificações

1. As notificações e comunicações entre as partes do contrato devem ser efetuadas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico com aviso de entrega.
2. Qualquer alteração das informações de contacto deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 31.ª - Legislação aplicável

Em tudo o omissso neste Caderno de Encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Assinado por: **FERNANDO VIRGÍLIO CABRAL DA
CRUZ MACEDO**
Num. de Identificação: 06904166
Data: 2023.04.16 09:13:26+01'00'

Fernando Virgílio Macedo
Presidente do Conselho Diretivo

